

## O Diário de Ribeirão Preto

26/5/1985

### Impasse na negociação entre bóias-frias e usineiros

Em várias cidades da região de Ribeirão Preto, os bóias-frias se reúnem hoje em assembléia para avaliar o andamento das negociações entre a Fetaesp e a Faesp sobre as condições de trabalho e os salários para a safra que se inicia. Sindicalistas e dirigentes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado (Fetaesp) apontam a perspectiva de greve, considerando baixa a proposta feita pelos patrões. Os empresários no entanto, não acreditam na paralisação, dizendo que os cortadores de cana terão, este ano um reajuste salarial acima do salário mínimo.

As partes estão negociando desde o dia 15 de fevereiro, através de comissões da Fetaesp (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo). Nesta semana, as negociações foram suspensas para avaliação, pelos trabalhadores, da última contra-proposta feita pela Faesp de Cr\$ 5.200 (sem os encargos sociais), por tonelada cortada, e diária de Cr\$ 16.825.

A Fetaesp insiste em diária de Cr\$ 50 mil, a ser paga aos cortadores de cana que não trabalhara em regime de empreita; quanto aos cortadores por cota de produção quer o pagamento com base em metro e não em tonelada de cana. Pede de Cr\$ 60 a Cr\$ 1.600 por metro, conforme a situação do canavial em que se está trabalhando — cana deitada, em pé, de 12 ou de 18 meses, de segundo ou terceiro corte.

A proposta feita pela Faesp, por tonelada, representaria de 150 a 604 cruzeiros por metro, se fosse feita a conversão, conforme explicam os usineiros. Portanto, a contra-proposta representa pouco mais de um terço do que a Federação dos Trabalhadores está reivindicando.

"O que a Fetaesp está pedindo é irreal", afirma usineiro Menézis Balbo, membro da comissão de negociações da Faesp. "Uma diária de Cr\$ 50 mil representaria salário mensal de Cr\$ 1.500 mil, consideravelmente superior ao mínimo de qualquer categoria de trabalhador de mão-de-obra não especializada. E o trabalhador que conseguir o corte de cinco toneladas diária, que é muito baixa, iria ganhar quase Cr\$ 3 milhões por mês, de acordo com o que a Fetaesp está pedindo".

Esse cálculo refere-se à cana de 18 meses, que é a de corte mais difícil e, por isso mesmo, a de maior remuneração. A Faesp propõe Cr\$ 5.200 por tonelada; com os encargos sociais — parcelas referentes a férias, 13º e indenização no final da safra — a oferta corresponde a Cr\$ 7.280. Quanto a outras canas, a Faesp oferece Cr\$ 4.960 líquidos e Cr\$ 6.944 brutos. Isso representa, destaca a Faesp, em comparação com os preços de maio de 84, a correção integral do INPC, mais 7 por cento, ou seja um total de 246 por cento de reajuste. "É um reajuste também muito maior do que o estabelecido para a cana, o açúcar e o álcool. Importante também frisar que o máximo que alguma categoria conseguiu, até agora, em índice de produtividade, foi 5 por cento, e estamos oferecendo sete". Segundo Menézis, há casos de trabalhadores que conseguem cortar 20 toneladas de cana por dia. Esse teria, nos termos do que a Faesp propõe, salário mensal de Cr\$ 3.120 mil, sem os encargos sociais. Mas, segundo Jairo da Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pontal, são casos muito raros e que a média é o bóia-fria cortar de quatro a cinco toneladas por dia, com remuneração, portanto, de 624 a 780 mil por mês, pelo que a Faesp oferece.

Só que a discussão não se resume ao preço. A Fetaesp vê, como ponto de honra, da mesma forma que se mudou, no ano passado, o sistema de corte de sete para cinco ruas, o estabelecimento da base de remuneração por metro, dizendo que os bóias-frias não têm

controle quando a medição se faz por tonelagem. Em resposta, a Faesp propõe que um trabalhador acompanhe a pesagem na usina. As partes não chegaram a um acordo também no que diz respeito a outras reivindicações. As principais dela que a Faesp não está disposta a atender: contrato de trabalho de um ano, reajuste trimestral e estabilidade no emprego por um ano para os membros das comissões de negociações de cada Sindicato dos Trabalhadores.

***(Página 3)***